



SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA**

PRESIDENTE: LUNA ZARATTINI

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 09 de Junho de 2026

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

21836

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Bom dia a todos e todas. Estou muito feliz com a presença de vocês. Se a Câmara Municipal é a Casa do Povo, faz-se necessária a participação popular.

Declaro abertos os trabalhos da 2ª Audiência Pública Semipresencial da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, solicitada por meio do Requerimento nº 14/2026, de minha autoria, e aprovada por esta Comissão.

Informo que esta audiência está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço <https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/>, pelo canal da Câmara Municipal de São Paulo no Youtube e pela Rede Câmara SP, canais 8.3 e 2.4.

Como Presidente desta Comissão, esclareço que esta é uma das mais importantes audiências, pois debateremos questões relacionadas à população em situação de rua e às políticas de moradia. Essas pessoas, que existem e resistem diariamente, precisam ser ouvidas.

Além do tema da moradia, debateremos também a violência policial que tem sofrido a população em situação de rua e também a questão da renda.

Antes de começar o debate, porém, gostaria de convidar uma pessoa muito importante, que vocês conhecem muito bem, que já foi Vereador desta Casa, que já foi Senador da República, que já foi Secretário de Direitos Humanos da cidade e que agora é nosso Deputado Estadual, Eduardo Suplicy.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Viva Eduardo Suplicy!

Logo mais, ele estará aqui conosco para nos dirigir algumas palavras.

Também gostaria de saudar a presença de Luiz Tokuzi Kohara, doutor em Arquitetura e Urbanismo; a de Edilson Henrique Mineiro, militante do movimento de moradia e chefe de gabinete do Vereador Nabil Bonduki; a do professor Francisco; e a do Frei Vagner Sassi, do Sefras – Ação Social Franciscana.

Convidamos oficialmente diversos representantes para esta audiência pública. Esperamos que, ao longo desta audiência, os representantes possam se fazer presentes. Caso

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21836 DATA: 09/06/2026 FL: 2 DE 45

isso não ocorra, não haverá problema: sairemos daqui, da Câmara Municipal, em direção à Prefeitura de São Paulo para levar as nossas reivindicações.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – A primeira pessoa que convidamos foi a Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Sra. Regina Célia de Silveira Santana, que ainda não está presente nem mandou representante. Também convidamos o Secretário Municipal das Subprefeituras, Sr. Fabrício Cobra Arbex, que não está presente e até o momento não enviou representante. Convocamos o Secretário Municipal de Habitação, Sr. Diogo Soares, que disse que enviaria uma representação. Pergunto se a Sra. Luciana, ou a Sra. Daiana, ou o Sr. Alan estão presentes. (Pausa)

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Está presente a Sra. Luciana Almeida Dantas, nesta audiência representando a Secretaria Municipal de Habitação. Agradeço a presença e já a convido a tomar assento conosco na Mesa. Convido também a Sra. Daiana e o Sr. Alan, representantes da Secretaria Municipal de Habitação, para comporem a Mesa conosco.

Anuncio a presença da Vereadora Luana Alves. Para vocês verem como esta audiência está boa: duas Vereadoras e um Deputado.

Outra convidada foi a Sra. Juliana Lopes Bussacos, Secretária Municipal de Segurança Urbana, que ainda não está presente nem enviou representante.

Também foi convidada a Sra. Eliana Gomes, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, que será representada nesta audiência pela Sras. Camila Aparecida Eleuterio Sakai e Mari Luciana da Cunha Silva, as quais convido a compor a Mesa conosco. Muito obrigada pela presença de vocês. É muito importante que tenhamos uma representação da SMADS hoje.

Convidamos também o Sr. Edson Aparecido dos Santos, Secretário de Governo Municipal, que até o momento não está presente, e o Sr. Rodrigo Goulart, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SMDet, que não está presente, mas enviou o Sr.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21836 DATA: 09/06/2026 FL: 3 DE 45

Caio Silveira para representá-lo. Muito obrigada pela presença.

Nossa Mesa está ficando cheia. Isso é muito importante para nós.

Ainda não chegou o representante do Ministério Público. Amanda Pilon Barsoumian, representante da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos, o Will também, se quiser subir, porque o Will é um grande companheiro nosso, presente nas visitas. Muito obrigada à Defensoria Pública, que tem feito um trabalho muito importante.

Agora, vamos abrir a palavra para alguns movimentos, para que possamos ouvi-los. E depois ouvir as representações das secretarias e parlamentares, porque o principal nesta audiência é a população em situação de rua. São vocês que merecem ser ouvidos. São vocês que merecem, no dia de hoje, ter a palavra neste espaço, nesta audiência pública. Então, queria novamente agradecer a presença de todos e todas.

O primeiro movimento que eu gostaria de chamar é o Movimento Nacional de Luta em Defesa da População em Situação de Rua. E para falar chamo o Edvaldo Gonçalves de Souza, por três minutos. Quero agradecer a presença e todo o trabalho. Obrigada, Edvaldo. Com você a palavra.

O SR. EDVALDO GONÇALVES DE SOUZA - Hoje estou parecendo o Roberto Carlos com isso aqui. Bom dia a todos. Agradeço a presença de vocês, aqui está falando o Edvaldo, 30 anos de rua, 25 só na cidade de São Paulo, e cinco anos como um pardal, como viajante de vários estados. Hoje não sou da rua, mas um dia eu posso voltar para a rua. Mas não é porque saí da rua, que vou esquecer o que passei na rua.

Então, hoje, sou um Coordenador do Movimento Nacional de Luta em Defesa da População em Situação de Rua. Sou Coordenador Nacional desse movimento, que compõe os técnicos, apoiadores e a população em situação de rua. Se a gente não se unir, vai continuar algo que está acontecendo, a limpeza, a higienização que está acontecendo na cidade de São Paulo. A política pública sobre habitação que não existe. Por incrível que pareça, não existe. Pessoal, não adianta ter emprego, se a gente não tiver moradia. Não adianta ter saúde, se a

gente não tiver moradia.

- Manifestação do público.

O SR. EDVALDO GONÇALVES DE SOUZA - A gente tem que pensar numa coisa. A primeira coisa da luta da rua é a moradia. E não aquele viveiro de pombo que eles quiseram colocar a gente. Por causa disso, o movimento se juntou com os parceiros. E chamamos os outros movimentos da rua para lutar pelo nosso direito. Porque se a gente não tiver o direito, se a rua não se unir, eles pensam que a rua não é organizada, que a rua não sabe brigar. A rua é organizada e sabe brigar. Porque se não soubesse brigar, se não fosse organizada, não existiria um movimento em vários estados brasileiros.

E mais outra coisa. Eles precisam reconhecer que não é porque a gente é da rua, mas somos seres humanos em primeiro lugar. Somos gente. Somos como qualquer outra pessoa. O único problema é que vivemos em situação de rua. Se não fosse por causa disso...

Nós tínhamos oito prédios, há mais de seis anos que nos prometeram, para fazer o quê? Para fazer moradia para a rua, como aconteceu com o Asdrúbal do Nascimento. Quem conhece o Asdrúbal do Nascimento? Que deu certo e, hoje, não existe nenhum prédio, nenhum terreno para a rua e não existe nenhuma política dentro da habitação de São Paulo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Edvaldo.

Quero também, Edvaldo, saudar que nós tivemos a Conquista do Cidadania PopRua, uma unidade em Santo Amaro. E isso veio por conta do Movimento Organizado da População em Situação de Rua com o Governo Federal. Parabéns.

O SR. EDVALDO GONÇALVES DE SOUZA – E vão ter mais dois, um em Santana e um no centro da cidade, um deles sendo controlado pelo movimento.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Vitória!

Bom, agora eu queria chamar um outro representante, companheiro, lutador, para falar sobre o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, o Sr. Darcy Costa. Três minutos para o senhor utilizar da fala. Parabéns pela luta.

O SR. DARCY COSTA – Bom dia. Eu sou Darcy Costa, do Movimento Nacional, Secretário Nacional.

Preparei essa fala e quero aproveitar esses três minutos.

Excelentíssimas autoridades, representantes da sociedade civil, companheiros e companheiras de luta do Movimento Nacional de População de Rua.

É com profundo senso de responsabilidade e humanidade que ocupo este espaço hoje. Antes de falarmos sobre números, leis ou políticas públicas, precisamos falar sobre pessoas. Olhar para quem está em situação de rua não é um exercício de caridade, mas um imperativo de justiça. Iniciamos este diálogo reconhecendo a dor, a resiliência e a humanidade daqueles que a sociedade muitas vezes escolhe não enxergar.

A população em situação de rua representa um dos mais graves fracassos dos sistemas de proteção social contemporâneo, configurando uma violação múltipla e acumulativa de direitos humanos fundamentais.

A resolução A/HRC/61/L.26 do Conselho de Direito Humanos da Organização das Nações Unidas estabelece a proteção das pessoas em situação de rua como obrigação jurídica dos Estados-Membros, ancorada no princípio da dignidade inerente a todo ser humano.

Paralelamente, a encíclica magnífica *humanitas* oferece uma fundamentação ética profunda, alertando para os riscos da desumanização no paradigma tecnocrático e a reafirmação à centralidade da pessoa humana frente aos avanços tecnológicos e às lógicas de exclusão.

A resolução A/RES/80/250, por sua vez, conecta as desigualdades contemporâneas às heranças históricas de violências sistemática como a escravidão e o colonialismo, exigindo uma abordagem reparatória e transformadora.

O presente documento articula essas três perspectivas – jurídica, ética e histórica – para oferecer um diagnóstico preciso da situação, identificar os principais desafios e propor ações práticas e estruturadas que possam orientar políticas públicas, organismos internacionais e organizações da sociedade civil na promoção da justiça social e da proteção integral das pessoas em situação de rua.

A consolidação aqui apresentada não se limita a justapor os conteúdos dos marcos analisados, mas busca estabelecer conexões substantivas entre eles, demonstrando como a dignidade humana, a salvaguarda ética e a superação das heranças de desigualdades devem convergir em uma agenda comum e urgente.

A situação de rua no Brasil e no mundo não é um fenômeno isolado ou uma escolha individual. É a manifestação mais cruel de uma falha sistêmica nos nossos mecanismos de proteção social. Conforme as diretrizes internacionais apontam, estar na rua é uma violação contínua e multifacetada dos direitos humanos. Não se trata apenas da ausência de um teto, mas da privação de direito à saúde, à segurança, à alimentação e, sobretudo, à cidadania.

Não podemos ignorar que o cenário atual é herdeiro de uma estrutura histórica de desigualdade. O documento que nos guia é enfático e a marginalização da população de rua está profundamente enraizada nas cicatrizes da escravidão e do colonialismo. Essas forças históricas moldaram uma sociedade que exclui corpos específicos e perpetua a invisibilidade de grupos vulnerabilizados. Reconhecer essa herança é o primeiro passo para desconstruir as barreiras que impedem a verdadeira inclusão.

Nossa luta é urgente e pauta-se em pontos inegociáveis. Primeiramente, denunciamos a crescente criminalização da pobreza. É inadmissível que, em pleno século XXI, ainda existam legislações que punam o ato de dormir, sentar-se ou simplesmente existir em espaços públicos. A arquitetura hostil e a violência institucional não são soluções urbanísticas; são ferramentas de segregação que ferem a dignidade humana.

Defendemos a transição imediata para modelos eficazes e humanizados, como o *Housing First* – “Habitação Primeiro”. A evidência internacional é clara: a estabilidade de um lar é a base fundamental para que o indivíduo possa reconstruir sua saúde, sua vida profissional e seus vínculos afetivos, como bem diz o Dr. Luiz Kohara em sua obra.

Somada a isso, exigimos a implementação de pisos de proteção social robustos, que garantam uma renda mínima e acesso universal a serviços básicos, como a Renda Básica de Cidadania, impedindo que a precariedade econômica se transforme em abandono absoluto. O

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21836 DATA: 09/06/2026 FL: 7 DE 45

fortalecimento do movimento nacional da população de rua é essencial para a construção do que a encíclica *Magnifica humanitas* chama de “uma civilização do amor”: uma sociedade em que a justiça social não seja um conceito abstrato, mas uma prática cotidiana.

A dignidade humana não admite exceções nem notas de rodapé. Se os direitos de quem está na rua são violados, a democracia de todos está em risco. Neste contexto, a cooperação internacional e o uso ético da tecnologia devem servir como aliados. A inovação tecnológica deve ser utilizada para mapear necessidades e facilitar o acesso a direitos, e nunca como ferramenta de vigilância, controle ou exclusão algorítmica. Precisamos de uma política que entregue o local ao global, aprendendo com as melhores práticas e as adaptando à nossa realidade brasileira.

Para encerrar, deixo um apelo a todos os presentes: a população de rua não é um problema a ser administrado ou removido da vida pública. São cidadãos e cidadãs com histórias, talentos e o direito inalienável de sonhar com o futuro. A verdadeira medida de uma civilização não está em suas riquezas, mas em como ela trata os seus membros mais vulneráveis. Que possamos sair daqui hoje não apenas com promessas, mas com o compromisso inabalável de transformar a indignação em ação, pelo fim da invisibilidade, pelo direito à cidade, pela garantia de que ninguém mais precise fazer da calçada o seu leito.

Nada sobre nós, sem nós!

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Sr. Darcy. Parabéns por todo o trabalho e toda a resistência.

Quero também convidar, para fazer uso da palavra pelo Movimento Estadual da População em Situação de Rua, o Sr. Robson Mendonça. Muito obrigada pela presença.

- Manifestação do público.

O SR. ROBSON MENDONÇA – Pessoal, 99% de vocês me conhecem. Eu não estou aqui para puxar saco de Governo nenhum. Todo Governo sabe o que a população de rua precisa. Que seja cumprida a Constituição Federal. Respeito ao ser humano.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21836 DATA: 09/06/2026 FL: 8 DE 45

Eu sei que nesta Mesa tem representante do Governo que tenta fazer de tudo para ajudar, mas a máquina burocrática, imbecil, não deixa fazer o trabalho. O Centro POP Bela Vista tem funcionária que não sabe nem porque está ali. Está só pelo salário. Comissão de Direitos Humanos, tem funcionário que está ali também só pelo salário. Secretaria do trabalho ou seria do desemprego? Também está só pelo salário. Onde está o POT para população em situação de rua que garanta seus direitos? Onde está? O que eles mais precisam, habitação?

Todos sabem que quando nasce um cidadão, precisa do registro de nascimento. Quando vocês vão procurar trabalho, o que eles pedem? Comprovante de residência.

Aparece um chefe do Governo, da alta escala, um verdadeiro analfabeto político, não sei como entrou no cargo. Entrou por apadrinhagem, coronelismo, aí diz: “Eu vou dar emprego para todo mundo...” Aí ele manda o CAT para lá. Esse cara não pensa que vão pedir comprovante de residência. Aí fala para 300 pessoas: “Vou dar cesta básica para vocês...” No outro dia some. Não deu uma cesta básica. Aí vai e diz: “População de rua vive na mordomia. Tem cama, comida e ainda ganha Bolsa Família”. Que imbecil. É um imbecil. Porque a população precisa de Renda Básica da Cidadania, e não estão dando para quem tem esse direito. Essa população precisa de moradia para poder ter direito ao trabalho. Eu vou fazer CTA; vou abrir um albergue; eu vou fazer... Larga a mão de ser idiota. População de rua não é otária para ser enganada.

Esta Casa, que diz que é Casa do Povo, coloca um código de barra, como se fosse mercadoria, para entrar. Ah, não tem documento? Só em caso extraordinário que foi acertado com a comissão para entrar, quem não tem o documento, não entra.

O maior zelador do direito da população é o Poder Público constituído. Ele é o maior zelador de direito. Ele não te dá direito a acesso ao órgão público, ele não te dá direito a moradia dos pretos de morar na cidade. Ele não dá direito à alimentação digna e a trabalho. Eles fazem com que fiquem pedindo toda hora. Aí diz que população de rua é problema. Problema são Vereadores, Deputados, Prefeito, Governador. São uma corja de imbecis que não dá o direito à população.

REUNIÃO: 21836 DATA: 09/06/2026 FL: 9 DE 45

Então, gente, como eu disse, não estou aqui para puxar saco de político nenhum. Eu estou com a rua da hora que nasci, até a hora que eu vou morrer.

Se querem cortar os meus direitos, cortem. Se querem me tirar de circulação, querem cortar convênio ou qualquer coisa, façam. Mas eu não vou me calar.

Aqui nesta Casa me acorrentei para ter o direito à alimentação. Porque quem estava nesta Casa não brigou por alimentação. Quem estava na Prefeitura não brigou por alimentação. Quem estava na Assembleia Legislativa não brigou por alimentação. Mas nós brigamos.

Agora, nesta audiência pública, quero pedir a essa Mesa a única coisa de que a população em situação de rua precisa: o respeito à Constituição Federal, em que todos são iguais perante a lei e todos têm os mesmos direitos.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Rua não é casa! Rua não é casa! Rua não é casa! Rua não é casa! Rua não é casa! Rua não é casa! Rua não é casa! Rua não é casa!

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, seu Robson, pela fala, pela luta.

Também queria anunciar e convidar para subir à Mesa o Aridelson Silva Junior, da Comissão de Direitos Humanos da OAB. Muito obrigada. (Palmas)

Também queria anunciar a presença da assessoria do Vereador João Ananias, do PT. (Pausa) Do PT, gente! (Palmas)

E gostaria de saudar a assessoria da Vereadora Amanda Paschoal, do PSOL. (Palmas)

Muito bom, gente. Agora, pelo Fórum da Cidade, eu queria chamar uma pessoa muito conhecida por vocês, que é uma lutadora e uma referência na luta pela população em situação de rua. Eu queria convidar para fazer uso da palavra, por três minutos, a Roseli Kramer. (Palmas)

A SRA. ROSELI KRAMER – A primeira coisa que quero é agradecer. Gratidão, em nome da Pop Rua, a essa rede fortalecedora que não nos deixa cair, que não larga mão de nós

REUNIÃO: 21836 DATA: 09/06/2026 FL: 10 DE 45

no maior sofrimento que estamos vivendo: esse desmonte, desmonte dessa conjuntura política, social e econômica. Vivemos e estamos atravessando a maior barreira da humanidade: a falta de humanidade e de amor àquele que está na nossa frente e na nossa direção.

Hoje, normalizamos ver a Pop Rua sendo expulsa, massacrada e morta à noite. Não é só de dia; é à noite quando as luzes apagam e a polícia apaga a sua luz. Eu trabalhei no censo da população em situação de rua e eu não vi a rua. Eu vi, sim, a polícia apagada durante a noite, oprimindo aquele que está sofrendo. Eu vi a idosa sozinha e abandonada na noite escura, a sorte de estar viva. É isso que eu tenho visto diariamente na rua: a morte.

Eu queria, sim, que esse governador fosse julgado na mais alta corte dos direitos humanos por violar todos os direitos humanos e fundamentais: a vida, a moradia, o compartilhamento de ideias, a cultura.

Precisamos disso: vida, direito à vida, e não dessa coisa sucateada desse governo bizarro que nos destrói todos os dias, do abrigo que não nos cabe, do auxílio-aluguel que não nos cabe.

Tudo tem data e hora marcada para terminar. Temos tempo, temos prazo nessa vida. Falaram para mim: “Rô, você não vai levar o caixão?” Não! Porque estou resistente e sobrevivente a essa destruição. Já falei para meus filhos doarem tudo o que tiver para doar dessa máquina, quando eu morrer, porque isso é só matéria, não é vida.

Existem aqueles que estão na geladeira ainda e não conseguem ser enterrados e resgatados pela família. Isso é um absurdo de vida! É um absurdo da Extrema-direita que está aí! Mas eu falo “vou me vingar nessas urnas e vou chutar esse general para a put* *** *****”. Vou me vingar dessa extrema Direita e vamos ser humanos: é a fraternidade e a solidariedade que não nos deixam morrer, porque estamos morrendo a cada segundo pelo feminicídio, pela destruição do idoso, do deficiente e da criança.

Vi uma criança-mãe com sua barriga ainda de grávida, e nós permitimos isso, e violamos os direitos ao não condenar esses abusadores, que não deviam ser condenados a apenas dois anos, quatro anos, vinte anos e, sim, pela vida inteira pelos abusos que nos fazem sofrer. Não tenho mais nada para falar.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Roseli.

Passo, agora, para uma pessoa muito importante do Fórum da Cidade, Julia Lima, para fazer uso da palavra.

Muito obrigada pela presença e por toda a luta em relação à população em situação de rua.

A SRA. JULIA LIMA - Bom dia, pessoal. Bom dia, Mesa. Obrigada por esta audiência pública.

Pelo Fórum da Cidade, a Roseli e eu estamos coordenadoras na nova gestão dos próximos dois anos.

Antes de iniciar minha fala, só queria deixar um recadinho: A nobre Vereadora Luna Zarattini já avisou que, acabando esta audiência, faremos um ato até a porta da Prefeitura e lá será servido um almoço. Haverá comida na Prefeitura.

E, hoje, estamos tratando nesta audiência pública de três assuntos: a parte de emprego e de renda, moradia e violência.

Começarei falando da questão da violência.

Agora, em 13 de junho, sábado, completará um ano do assassinato do Jeferson de Souza. Vocês se lembram do Jeferson de Souza? Lá no Parque Dom Pedro, há um ano, ele foi assassinado covardemente por policiais militares. O corpo dele está até hoje no IML. Até hoje. Há um ano o corpo está no IML.

A Defensoria entrou com uma ação para responsabilizar o governo estadual pelo deslocamento do corpo até a cidade natal dele, mas até hoje o Estado se recusa. Então ele está há um ano na geladeira, pessoal. E isso é revoltante! E isso é um exemplo da violência que pessoas em situação de rua sofrem: violência institucional. O Estado, que é quem deveria defender, é quem viola.

- Manifestação do público.

A SRA. JULIA LIMA - O segundo ponto é sobre a questão da empregabilidade e da renda. Atualmente, não há um programa voltado à empregabilidade da população em situação de rua. Temos o POT, que é o Programa Operação Trabalho. Em que pese o POT existir há mais de 20 anos, ele está - hoje em dia - desvirtuado da proposta original.

REUNIÃO: 21836 DATA: 09/06/2026 FL: 12 DE 45

A ideia era a pessoa receber uma bolsa, enquanto se qualificava profissionalmente, enquanto seria encaminhada para um trabalho. Hoje, quem consegue um trabalho saindo do POT? Alguém já conseguiu um trabalho saindo do POT?

- Manifestação do público.

A SRA. JULIA LIMA - É isso aí.

E sabem o que chegou também de denúncia? Hoje em dia, depois de dois anos, você pode renovar um terceiro ano, só que na Secretaria do Trabalho... Caio, você como representante... estão exigindo que a pessoa tenha um comprovante de centro de acolhida para conseguir renovar o terceiro ano.

Mas olha que estranho: Se você quer que a pessoa saia da situação de rua, ela recebe o POT, consegue alugar um quatinho, mas ela não tem direito a renovar, porque a Secretaria do Trabalho está exigindo que ela esteja em centro de acolhida. Não há lógica, não faz sentido. Então já fica meu apelo, Caio, para que a Secretaria do Trabalho reveja essa questão, para as pessoas poderem renovar o POT sem ter um centro de acolhida.

O último ponto dentro de empregabilidade é a questão da cota. Há seis anos já temos a regulamentação da cota. Deveria haver, no mínimo, 2% de pessoas em situação de rua contratadas em todos os contratos da Prefeitura. Alguém já conseguiu emprego?

- Manifestação do público.

A SRA. JULIA LIMA - E agora, para finalizar mesmo, Vereadora, a questão da moradia. Há 2 meses, o Comitê PopRua teve um Subcomitê de Moradia e ouvimos, de representantes da SEHAB, que não há programa de moradia para PopRua. Como vocês querem que a pessoa saia da situação de rua sem moradia? Precisamos, sim, de um programa de moradia.

Temos o Asdrúbal do Nascimento, que é uma locação social e o Pedro é um exemplo de que locação social funciona. Precisamos de moradia para as pessoas terem a oportunidade de sair da situação de rua. Bom dia, pessoal. (Palmas)

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Quero agradecer à Júlia Lima que já trouxe as demandas que têm sido organizadas pelo Fórum da Cidade em relação à moradia, mas também quanto à geração de emprego e renda. E é isso que desejamos dialogar com os representantes das secretarias presentes. Aproveito para pedir que se organizem no sentido de atender com respostas para esses diálogos tão importantes.

Quero ainda dizer que a Comissão de Direitos Humanos criou um grupo de trabalho em relação a PopRua e temos feito esse diálogo sempre com o Fórum da Cidade, com os movimentos e com a participação da população em situação de rua.

Temos 6 inscritos presentes nesta reunião para falarem sobre esses temas. Antes disso, vou passar a palavra para a Vereadora Luana Alves fazer a sua intervenção, porque ela precisa sair para outra reunião.

Em seguida, a palavra será dada aos seis inscritos sequencialmente e, depois, pediremos para fazerem suas exposições a Mesa, a Defensoria, a OAB e os representantes das secretarias para que busquemos soluções para a população em situação de rua.

Passo então a palavra à Vereadora Luana Alves, que é representante e membra da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania. Obrigada, Luana.

A SRA. LUANA ALVES - Salve, Vereadora Luna. Boa tarde a todos. Primeiro, queria parabenizar a Luna Zarattini, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania.

Para mim é uma felicidade fazer parte dessa comissão e aproveitar para saudar o Suplicy que tem um papel fundamental de fazer, há alguns anos, essa comissão atuar. Ela não funcionava antes.

Também quero saudar os movimentos sociais: estou vendo o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, o Fórum PopRua, a RedeRua igualmente presente, o pessoal solidário do Chá do Padre, representantes do CRESS que acho estarem vindo.

- Manifestação do público.

A SRA. LUANA ALVES - Vejo muita gente que está mobilizada, o Edilei que estou vendo, em pé, ali, da redução de danos.

REUNIÃO: 21836 DATA: 09/06/2026 FL: 14 DE 45

Gente, esta comissão não vai dar descanso para essa Prefeitura. A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, da qual a Luna é Presidente, e eu sou Vice-Presidente, não dará descanso para esse Prefeito que tenta, cada vez mais, maltratar a população em situação de rua.

- Manifestação do público.

A SRA. LUANA ALVES - Ele utiliza as forças policiais para gerar medo, para gerar opressão, para praticar o preconceito e o racismo. Sabemos que é racismo. Pratica também a transfobia, porque sabemos o que as meninas trans passam na rua. Não admitimos nada disso.

O mesmo Prefeito que diz para nós, Luna, porque vamos, às vezes, fazer nossos pedidos, lutar e batalhar, sobre os recursos, fala sempre de dinheiro para não fazer políticas de habitação, de emprego, é a mesma Prefeitura que descobrimos ter passado 108 milhões para a produtora do filme do Bolsonaro. Quero saber se é esse Prefeito que não tem dinheiro para assistência social.

- Manifestação do público.

A SRA. LUANA ALVES - Estamos à disposição. Vamos seguir sendo a pedra no sapato. Vou ter de sair para a reunião da Bancada do PSOL, mas o mandato segue presente. Estamos em parceria, estamos à disposição, porque a nossa luta é gigante. Com esse Prefeito, vamos ter de lutar o dobro ou o triplo. Obrigada.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) - Muito obrigada, Vereadora Luana Alves, Vice-Presidenta aqui na Comissão de Direitos Humanos e Cidadania.

Queria chamar, neste momento, para fazer uso da palavra, o Sr. Renato Ribeiro Sena, inscrito na nossa audiência pública. Peço que já fique preparado para, a seguir, fazer uso da palavra, Pedro Luiz da Silva. O Renato está por aí? Depois já peço ao Pedro Luiz se preparar, ele que falará pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) - Renato, você tem 3 minutos.

REUNIÃO: 21836 DATA: 09/06/2026 FL: 15 DE 45

O SR. RENATO RIBEIRO SENA – Salve família.

Olha, a responsabilidade, de fato, esse governo nunca assumiu a rua. Há anos e anos estamos lutando. A política é só política paliativa.

Uma coisa é que somos trouxas e otários. Parece que está faltando gasolina no cortejo; se a população de rua sair da rua, não vai ter dinheiro para colocar gasolina no carro, e é assim que é tratada a rua: tudo paliativo.

Observando, depois vamos aprofundar um pouco mais, mas um dos lixos de que avisei que ia ter que falar é o tal do reencontro de dois anos sem morar na latinha. É um abuso isso. Não há uma política, de fato, que lhe dê a condição de ser respeitado dignamente.

E viemos falar, quero cumprimentar toda a Mesa, principalmente quem sempre esteve nesta, mas é de tantos anos que trabalhamos e dizem que vem um governante representando... Não tem tinta na caneta, não apita nada.

Então, estamos cansados disso, porque o Secretário não vai, vai mandar fazer o teatro, não tem tinta na caneta, quem manda é o cara; quer dizer, é um teatrinho que subestima.

- Manifestação do público.

O SR. RENATO RIBEIRO SENA – A partir do momento que o Governo e nós nos mobilizarmos para, de fato, ter habitação, quero deixar bem clara a minha posição. Sobre a habitação, eles têm os planos lá do Pode Morar e do Pode Entrar; e no Pode Entrar você pode tomar um chute na bunda. O governo federal, quem é que está com 600 reais por mês vai ficar?

Pode entrar, pode entrar pela trupe, a nossa não. Aí tem o governo federal, que tem verba, recurso, Minha Casa, Minha Vida, e o babaca não abre as pernas. Então, há coisas que estão bem na cara, claras para todo mundo, mas a nossa resistência vai ter que ser dessa maneira; vamos ficar o dia todo hoje aqui, aí vai ter uma onda, o dia todo vou ficar cansado, quero ver quantos votos vocês vão votar.

Salve, salve. É isso. O recado é um pouco isso.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Sr. Renato Ribeiro Sena. Agora

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 17

REUNIÃO: 21836 DATA: 09/06/2026 FL: 16 DE 45

quero passar para o Sr. Pedro Luis da Silva, do Movimento Nacional de Luta em Defesa da População em Situação de Rua. Na sequência, o Sr. Cleiton Ferreira, o Dentinho do Centro de Convivência É de Lei, e depois o Erivaldo de Assis, que é escritor em situação de rua.

Vou passar a palavra para o Sr. Pedro Luis da Silva, um grande companheiro nosso. Parabéns e muito obrigada pela presença.

O SR. PEDRO LUIS DA SILVA – Agradeço, pessoal, é possível. Sou Pedro Luis, catador com muito orgulho. Moro na Asdrúbal do Nascimento. É possível. Quando fizermos uma política pública para ter moradia, um monte de prédio, quero que copiem o Asdrúbal do Nascimento.

Quem não está lá dentro, falará mal; quem está lá dentro está vivendo bem. Gostaria que a Bancada nos ajudasse, que o pessoal fizesse o polo de reciclagem. Há muita reciclagem. Estamos no meio ambiente, então, por que não ter as pessoas em situação vulnerável trabalhando com a reciclagem?

E a moradia é possível. Sou prova viva. É necessário lutar nesta Casa mesmo. Foi aqui que conseguimos juntar as pessoas de um lado e do outro do Asdrúbal do Nascimento. Quero que copiem. Quem quiser dar uma olhadinha no nosso prédio, fique à vontade; vai ver que as pessoas no meu prédio são felizes, podem falar qualquer coisa do nosso prédio, mas moramos lá em 34 apartamentos e somos felizes.

E pagamos uma fortuna de 183 reais, fruto da transferência de renda. Com o Bolsa Família que se tem dá para pagar. Vamos lutar juntos e ter mais prédios de moradia como na Asdrúbal do Nascimento, ok?

Muito obrigado, tenham um bom dia a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Sr. Pedro Luis da Silva, muito obrigada. Queria agora passar a palavra para o Cleiton Ferreira, o Dentinho do Centro de Convivência É de Lei, que também está na luta há muito tempo. Obrigada pela presença. E já se prepare, Sr. Erivaldo de Assis.

O SR. CLEITON FERREIRA – Primeiramente, dar um salve para a família. Salve,

REUNIÃO: 21836 DATA: 09/06/2026 FL: 17 DE 45

família.

- Manifestação do público.

O SR. CLEITON FERREIRA – Bora ver; licença para chegar. É muito difícil hoje estar em São Paulo. É muito difícil hoje sobreviver em São Paulo.

O que vim falar hoje é que São Paulo está violenta; São Paulo não nos acolhe, nos persegue, nos prende, nos interna, nos mata.

E, pensando nisso, a violência nas ruas, desde o catador ao rodinho, ao sobrevivente das ruas, as manas e os manos que estão aí sofrendo para sobreviver em São Paulo.

E para quê? Por quê? E para onde?

Penso também, sobre a violência, quando a pessoa está numa situação de extrema vulnerabilidade, assim como eu, sobrevivendo na linha entre a vida e a morte. Consegue um lugar para morar e, dentro do equipamento, também é violentado.

A gente tem inúmeras denúncias de pessoas que conseguem minimamente um espaço no CTA, em um albergue, e nesse lugar não são respeitadas, não têm uma alimentação digna, não têm um lugar de descanso, não têm um lugar de tranquilidade. São perseguidos por serem pobres, pretos, periféricos, da rua ou por serem pessoas diferenciadas.

E aí eu pergunto ao estado, bem como ao município: cadê o cuidado humanizado? Cadê a perseguição? Porque temos também pessoas que são flageladas nesse estado, que são trabalhadores. São espaços de convivência que são fechados. E como a gente consegue se organizar, se a gente não tem um lugar para dialogar, para crescer junto?

Penso também nos trabalhadores da ponta, que estão aí lutando todos os dias no POT. E aí acaba o POT e a galera volta para a rua. E aí, cadê a porta de saída? Penso nas mulheres, nas famílias que estão aí, lutando com seus filhos para conseguir uma escola, para conseguir uma vaga, para conseguir dar uma vida digna à sua família, que estão alocados em alojamentos que não é moradia. Isso é violento.

E aí, quando a pessoa está se organizando – o mano arruma um trampo, a mana arruma um corre da hora, digno –, é colocada na rua. Então, São Paulo é violenta. São Paulo

REUNIÃO: 21836 DATA: 09/06/2026 FL: 18 DE 45

não está dialogando, ainda mais com pessoas atingidas na política de drogas. E aí, qual é a solução? A solução que a gente vai pensar é que este espaço, a Casa do Povo, olhe para o povo como seres humanos, seres presentes e seres potentes. Então, diga não à violência.

São Paulo, nos ajude a melhorar a prática de vida das pessoas, porque todos nós aqui somos cidadãos brasileiros.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Dentinho.

Agora quero passar para o Erivaldo de Assis, que é escritor em situação de rua. E já se prepare o André Aio, conselheiro do Comitê PopRua, para falar conosco em seguida.

O SR. ERIVALDO DE ASSIS – A situação de rua é uma das piores situações pelas quais um ser humano pode passar. Em três meses em situação de rua em São Paulo, sofri o que não sofri em 59 anos de vida. A fome animaliza, mas nascemos para evoluir e não para agirmos como animais. O desabrigo desespera, mas nascemos para ter moradia e não para ficarmos desabrigados. O desemprego humilha, mas nascemos para viver do suor dos nossos próprios rostos e não para ficarmos desempregados.

Cristo multiplicou os pães. Precisamos multiplicar os pães para que não haja famintos, multiplicar os abrigos para que não haja desabrigados, multiplicar as boas escolas para que não haja iletrados, multiplicar os empregos para que não haja desempregados.

A maioria dos que vivem em situação de rua neste país é afrodescendente e não possui curso superior, algo que evidencia um hediondo racismo estrutural e um histórico de descaso com a educação neste país. Portanto, é preciso haver preventibilidade, pois é desumana a situação de rua, é um calamitoso estágio final de desestabilização social, de injustiça econômica, de sucateamento da educação e de desrespeitos aos sagrados direitos humanos.

E essa preventibilidade contra a calamitosa situação de rua somente pode ser engendrada através da ampliação, fortalecimento, eficácia e melhoria das políticas públicas que, burramente, são criticadas por aqueles que não sabem o que é fome, que não sabem o que é morar nas ruas, que não sabe o que é desemprego, que não sabem o que é viver sem nem um salário mínimo sequer.

Aqueles que, criminosa e pecaminosamente, permitem a miséria, o abandono e os sofrimentos de um povo, não podem ser considerados verdadeiros cristãos.

Se não fossem os programas sociais da Prefeitura de São Paulo, eu não teria sobrevivido àquela calamitosa e perigosa situação de rua. Por isso, agradeço a esse belo e necessário assistencialismo social, mas não podemos nos acomodar.

Tudo pode ser melhorado, inclusive nós mesmos. Não é com algumas gotas d'água que conseguiremos extinguir um grande incêndio; não é com algumas migalhas de pão que combateremos a fome; não é com algumas moradias que iremos abrigar milhares de desabrigados; não é com algumas vagas de trabalho que resolveremos a problemática do desemprego.

Precisamos de mais, muito mais recursos para isso. Este país possui recursos suficientes; basta aplicá-los corretamente. Basta investir no que é realmente essencial e não no que é supérfluo.

Criei belos projetos para resolver as inúmeras problemáticas da situação de rua neste país, inclusive para ajudar a erradicar a fome. Vou enviar esses projetos sociais ao Ministério dos Direitos Humanos, um dos mais importantes Ministérios do Governo Federal. Também enviarei esses projetos ao presidente Lula.

Proponho que, no Brasil, todos os equipamentos sociais, inclusive os albergues, fiquem sob a alçada, o gerenciamento e a fiscalização do Ministério dos Direitos Humanos, porque a fome, a miséria e a situação de rua não são questões municipais nem estaduais; são questões nacionais.

Estou em situação de rua, mas minha maior dor é estar longe da minha mãe, de 93 anos de idade, meu maior tesouro na Terra. Ela está no interior da Bahia, em situação de abandono por culpa dos meus dois irmãos mais velhos.

Por isso, defendo a criação do Ministério da Pessoa Idosa. Enviei essa ideia ao Presidente Lula para que esse ministério seja criado e para que o Estatuto do Idoso finalmente passe a ser respeitado no Brasil.

Também sugeri ao Governo Federal a criação de outros ministérios: o Ministério da Criança e do Adolescente, o Ministério da Juventude e o Ministério da Pessoa com Deficiência. Lembremos que muitos PCDs e muitos idosos estão em situação de rua neste país.

Eu e minha mãe sofremos violência doméstica e injúria racial, e os infratores ainda fizeram falsas denúncias contra minha pacífica pessoa, atribuindo-me os crimes que praticaram contra mim e contra minha genitora. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Erivaldo, uma sugestão, para ver se você concorda: enviarmos essa sua carta aos Ministérios do Governo Federal e às Secretarias da Prefeitura de São Paulo.

Nós lemos sua carta e estamos defendendo essa pauta, está bem?

- Manifestações na plateia.

O SR. ERIVALDO DE ASSIS – E, pela melhoria de São Paulo, digo: se humanizem por São Paulo, se sensibilizem por São Paulo, se solidarizem por São Paulo e dividam com os pobres as suas riquezas. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada.

Passo a palavra para o Sr. André Aio, por três minutos.

O SR. ANDRÉ LUCAS AIO – Bom dia à Mesa e a todos os demais participantes.

Primeiramente, gostaria de parabenizar o mandato da Vereadora Luna por estar realizando esta audiência. É muito importante este encontro que está acontecendo hoje.

Estou em situação de rua desde 2017 e, nesse período, vivenciei várias situações muito revoltantes.

Como o Prefeito consegue dormir tranquilamente, sabendo que, ao fechar um equipamento destinado à população que não tem nada – não tem onde comer, onde dormir, onde tomar banho e onde fazer suas necessidades –, está retirando direitos básicos dessas pessoas? E aí ele fecha, e essas pessoas que utilizam esse serviço ficam ao Deus dará, nas ruas.

Essa gestão da Prefeitura, no meu modo de pensar, está sendo a pior gestão que a

da história da cidade de São Paulo, porque isso é inadmissível. O Ricardo Nunes assume a Prefeitura em 2021, com a morte do então Prefeito Bruno Covas; e, de lá para cá, a população em situação de rua, que era de 24 mil pessoas, hoje chega a mais de 100 mil pessoas.

Então, essa política pública que esse Prefeito e o Governador – que veio de fora de São Paulo e não conhece a realidade da população – fazem é higienista e aumentou muito a população em situação de rua, porque não teve uma política pública para as pessoas em situação de rua durante a pandemia.

Durante a pandemia, estourou a questão da situação de rua porque as pessoas não tinham trabalho, não tinham renda e não existia nenhuma política pública tanto do governo estadual, como do governo federal - que na época era do Bolsonaro – e do governo municipal para que as pessoas não viessem a ficar em situação de rua.

Sou defensor de uma política pública votada para duas questões. Uma, para que as pessoas não cheguem a vivenciar essa situação, que eu acho deprimente. É inadmissível a cidade mais rica da América Latina ter mais de 100 mil pessoas em situação de rua. Como o Prefeito e o Governador conseguem dormir sossegados sabendo que à noite mais de 100 mil pessoas vão dormir em equipamento social, não tendo os seus direitos mínimos respeitados, sendo oprimidos pela polícia?

Resumindo a obra: tanto a esfera estadual como a esfera municipal rasgam a Constituição Federal todos os dias, porque está no art. 6º dela que todo cidadão brasileiro tem o direito à habitação. Nós em situação de rua, não temos o direito à habitação. E também está no artigo quinto da mesma Constituição que todo cidadão tem direito a acessar os lugares públicos da cidade. A população em situação de rua não tem direito a esse acesso, porque nesta Casa, que é a Casa do Povo, se você não tem um RG, você não entra. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, André Aio, Conselheiro do Comitê PopRua.

Tem a palavra o último inscrito, Wellington Sandro, da Chapelaria. Logo mais, nós vamos fazer a leitura do manifesto. Muito obrigada, Wellington, pela presença.

O SR. WELINGTON SANDRO – Serei rápido. Olha aquele prédio lá, abandonado.

Eu não quero que guardem na mente de vocês, eu quero que vocês coloquem no coração de vocês: aquele prédio lá, vocês não podiam fazer um cadastro para quem quer sair da rua. Demora dois anos para ficar pronto. Dentro de dois anos, a pessoa que está na rua e fez o cadastro, se for homem, vai poder trabalhar e ver a sua casa ser construída. Se for mulher, a Prefeitura pode fazer uma parceria com as empresas contratantes e colocar para trabalhar dentro desses dois anos, e passar pela assistente social, psicólogo. Quando finalizar e entregar a casa, a pessoa já vai estar habilitada. Porque não adianta só dar a casa, tem que dar o emprego para a pessoa poder comprar comida, roupa, porque isso não vem de graça.

Então, a gente não está querendo obrigar vocês a nos dar uma coisa que já é nossa; a gente só quer de volta o que é nosso. Se tiver a possibilidade de tocar no coração de vocês, e olhar o que a gente está precisando. Não o que vocês querem dar. É o que a gente está precisando. A gente precisa só de uma ajuda para sair de onde a gente entrou. Do lugar que a gente não quer ficar. Um morador de rua não quer ficar na rua. Ele quer sair. Mas para sair, ele vai precisar da ajuda daqueles que estão mais acima.

É só isso que eu queria falar.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Wellington. Para vocês verem, tem saída sim. Tem solução sim.

Agora eu queria chamar o Wagner, para a gente ler em conjunto o manifesto com as reivindicações, com as lutas. E é esse manifesto que a gente vai entregar hoje na Prefeitura de São Paulo. Cadê o Wagner? O Wagner está por aí para fazer a leitura do manifesto? Ou a Julia pode fazer? (Pausa) O Alderon, então, vai fazer a leitura.

Todo mundo tem em mãos o nosso manifesto? Ali há pessoas sem o manifesto. E depois pedimos para retomarmos nossa atenção, porque teremos as falas da Mesa.

O Alderon e a Roseli irão dividir.

O SR. ALDERON - Peço agora um pouquinho de silêncio, porque essa carta deu muito trabalho para ser feita. Vamos ler a carta. No final têm algumas propostas que são muito

importantes. Então vamos lá: “Manifesto dos movimentos da população em situação de rua por moradia, renda e contra a violência. Vamos repetir, por moradia, renda, contra a violência. Em São Paulo, hoje, há mais de 100 mil pessoas em situação de rua. Muitas delas compõem famílias inteiras, com mulheres e crianças. A gestão municipal, porém, vem fechando serviços e agindo com violência.

Diante desse cenário, os movimentos da população em situação de rua vêm a público manifestar sua indignação, e apresentar à Prefeitura de São Paulo suas reivindicações urgentes.

E aí, o Wagner vai continuar.

O SR. WAGNER - Bom dia. Peço licença para todos os companheiros, companheiras. Vou dar continuidade, família, ao manifesto. Acho que essa carta é muito importante para todos nós que estamos nessa situação de vulnerabilidade.

Vou iniciar: “Manifesto dos movimentos da população em situação de rua, por moradia, renda e contra a violência. Em São Paulo, hoje, há mais de 100 mil pessoas em situação de rua. Muitas delas compõem famílias inteiras, com mulheres e crianças. A gestão municipal, porém, vem fechando os serviços e agindo com violência.

Diante desse cenário, os movimentos da população em situação de rua vêm a público manifestar sua indignação, e apresentar à Prefeitura suas reivindicações urgentes. Moradia já.

Desde que assumiu a Prefeitura, em 2021, o Prefeito Ricardo Nunes não criou nenhum programa de moradia popular fixa voltada para a população em situação de rua. O que existe são soluções temporárias, como centros de acolhida e hotéis sociais. Moradia de verdade, com vínculos, permanente, e sem prazo de permanência, não há. Queremos o que está garantido em nossa Constituição, moradia digna a todos, todas e todos.

Enquanto isso, São Paulo tem 184 imóveis e terrenos ociosos, sem uso, vazios, que, pelo Plano Diretor Estratégico, art. 99, a Prefeitura não só pode, como deve pegar para si e dar a unidade.

Mas a gestão municipal não age, prefere proteger proprietários que deixam prédios vazios, enquanto mais de 100.000 pessoas dormem no chão. Isso não é falta de recurso, é uma

escolha política.

Eu queria pedir a todos, todas e todes que repetissem comigo. “Isso não é falta de recurso, é uma escolha política”.

O Prefeito tenta vender o Programa Reencontro como grande política de moradia para a população em situação de rua. Porém, a Vila Reencontro é feita de contêineres apertados, com prazo máximo de dois anos de permanência. Depois disso, as pessoas precisam sair.

Já o Auxílio Reencontro, que pagaria aluguéis de imóveis privados está completamente paralisado para novas inclusões há mais de um ano, quando o contrato com a gestora diagonal foi rompido. Os poucos beneficiários anteriores sofrem com a falta de estrutura adequada, manutenção e ameaças de despejo por atraso dos repasses.

Queremos moradia, e sabemos que é possível. Há um modelo que deu certo e que pode ser replicado: o Conjunto Habitacional Asdrúbal do Nascimento II, no centro de São Paulo, é um programa de locação social, moradia, que funciona até hoje, é o primeiro e único programa de moradia fixa para a população em situação de rua que a Cidade já teve e poderia ser replicado nos 184 imóveis ociosos que a Prefeitura se recusa a disponibilizar.

Trabalho para Pop Rua. Como trabalhar sem ter um local para realizar os cuidados como higiene, o preparo de alimento e para descanso? Para quem está em situação de rua, manter-se em um trabalho é um desafio; e maior ainda quando consegue um trabalho. O preconceito, a falta de documentos, de qualificação e a dificuldade de se organizar por problemas decorrentes da convivência nos centros de acolhida afastam a população em situação de rua dos empregos, sobretudo do emprego formal.

Também são poucas políticas neste âmbito para esta população.

Atualmente, o Programa Operação Trabalho – POT – é limitado e com problemas. Existem apenas dois serviços de inclusão social e produtiva. O último foi inaugurado há mais de oito anos. As coisas definidas pelo Decreto 6.149 /2023 não são respeitadas, o CAT não consegue responder às demandas da rua.

Chega de violência. A segurança da população em situação de rua é mínima. Quem

está na rua está à mercê de ser violado, seja pela população, seja pela polícia. A Guarda Civil Metropolitana e a Polícia Militar abordam, expulsam e agridem; a Zeladoria recolhe barracas e pertences, sem fornecer o contra-lacre, que garante a devolução, ignorando o Decreto Municipal 5.246/2020. E tudo isso desrespeitando a decisão do STF, da ADPF 976, que proíbe práticas expulsórias e exige proteção efetiva da população em situação de rua.

A violência é ainda pior quando consideramos grupos ainda mais vulneráveis, como mulheres e população transexual, que estão sujeitos à violência sexual e de gênero.

Reivindicações: desapropriação de imóveis ociosos para implementação de programas de locação social; interromper os fechamentos dos serviços que tenham um plano geral para possibilitar a inclusão das pessoas em políticas de moradia fixa, como locação social e outros programas; regulamentação imediata da Portaria Conjunta MCID/MDHC/MDS nº 04/2025, que garante porcentagem para o ingresso de pessoas em situação de rua no programa Minha Casa, Minha Vida; implementação da cota mínima de 2%, prevista no Decreto Municipal 6.149/2023, que determina a contratação de pessoas em situação de rua em contrato de parcerias realizado pela Administração Municipal; criação de um programa de empregabilidade específico para a população em situação de rua; adesão à Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua, Lei Federal 14.821/2024, do PNTC, PopRua; implementar de modo integral as leis 17.252/2019, da Política Municipal para a População em Situação de Rua, e a Lei nº 17.923/2023, da Política Municipal de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua; retomar formação em Direitos Humanos para a GCM, com a participação dos movimentos da PopRua, com foco no desrespeito à dignidade da população em situação de rua; cumprir o decreto, pelo STF, na ADPF 976, criando-se uma ouvidoria externa da GCM para apuração; e, por último, garantir às mulheres em situação de rua o acesso à Lei Maria da Penha, com políticas específicas para a sua realidade que integrem proteção em caso de violência doméstica e acolhimentos adequados. (Palmas)

Eu queria ressaltar algo bem rapidamente – e peço licença a toda a Mesa, aos companheiros e às companheiras – sobre um fato que foi dito: a proposta de vaga fixa em

trabalho após o POT, porque foi colocado que as pessoas não estão inclusas.

Na verdade, elas estão inclusas, mas nenhuma passou dos 45 dias de experiência. E pior do que não colocar é alimentar o sonho, colocar aquela pessoa que pega a sua carteira de trabalho registrada, que pega o seu crachá, que pega o seu uniforme, que começa a gerar um vínculo, que começa a gerar uma perspectiva, com uma expectativa de que, em 45 dias. Eles colocam uma cláusula que não passaram na parte da experiência. E isso é uma coisa para se atentar, Vereadora e demais componentes da Mesa, porque isso que eles estão fazendo, eles colocam lá os 45 dias, vai lá: “nós damos oportunidade para o PopRua”, só que criminaliza e coloca o PopRua como inadequado para poder executar as funções para os quais foram designados.

Só isso. Obrigado aí a todos, todas e todes. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada.

Pessoal, agora a vamos caminhar para a escuta das falas dos representantes. Também é um espaço importante, porque, como vocês viram, o nosso manifesto tem uma série de reivindicações, uma série de exigências, uma série de lutas muito importantes. E esse é o momento de a gente também fazer essa escuta.

Mas antes de passar, eu queria dizer que a Júlia trouxe a memória de uma pessoa muito importante, que é o Jeferson de Souza, que foi assassinado, há 1 ano, pela Polícia Militar. E esse caso nos traz uma indignação muito grande em relação à violência e às violações que a população em situação de rua tem trazido.

E eu também quero, nesta audiência, homenagear o Renivaldo Lima dos Santos, conhecido como Valdo, de 42 anos, que infelizmente faleceu, na última semana, devido ao descaso da Prefeitura de São Paulo e do Estado Brasileiro.

Infelizmente essa é a realidade e o destino das pessoas, da população em situação de rua, quando há ausências, quando há falta de políticas públicas.

E eu quero aqui deixar a homenagem tanto ao Jeferson quanto ao Valdo. Jeferson presente! Valdo presente!

E, antes de mais nada, quero dizer também que esta audiência faz a denúncia, que mostra indignação dos Parlamentares, dos movimentos, das entidades aqui presentes. Nós não vamos nos calar diante da situação e do descaso absurdo que vive a cidade de São Paulo. Não podemos aceitar que a maior cidade da América Latina, com tanto recurso, tenha na sua realidade mais de 100 mil pessoas em situação de rua. Não aceitaremos também nenhum tipo de violência à população em situação de rua: retirada de pertences, retirada de barracas, violência em relação à população por meio da GCM, das Forças Policiais.

Não aceitaremos que carroças sejam aprendidas pelas Subprefeituras e se a rua não é lar, queremos moradia já. Queremos moradia para a população em situação de rua e, como foi falado aqui, queremos cota nos programas de habitação para moradia, para a população em situação de rua. Não há políticas públicas para a população em situação de rua e não há como a gente tratar a questão da população em situação de rua sem moradia. E existe, como foi trazido aqui na nossa carta, exemplos exitosos como da Asdrúbal do Nascimento e de locação social.

E o nosso mandato está apresentando, com o mandato do Suplicy, uma ação civil pública para que os imóveis ociosos da cidade de São Paulo sejam transformados em espaços de moradia para a população em situação de rua.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Por último, quero dizer que a questão da renda é essencial. Não tem porta de saída se a gente não tiver emprego, se a gente não tiver geração de renda. Queremos melhorias no POT, como foi trazido aqui. Queremos que a lei de 2% nos contratos de mais de 120 dias, garantidos para a população em situação de rua, seja cumprida.

E queremos também que a Prefeitura de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, SMDet, garanta para os catadores e catadoras de materiais de reciclagem pagamentos por serviços prestados. Essa é uma luta do Movimento dos Catadores e Catadoras e também é uma luta nossa.

Nós entendemos que a população em situação de rua não é apenas uma questão

REUNIÃO: 21836 DATA: 09/06/2026 FL: 28 DE 45

social, mas uma questão política que deve ser enfrentada pela Prefeitura da cidade de São Paulo.

Não queremos mais vidas e tantas carreiras sendo interrompidas, porque a população em situação de rua tem arquitetos, tem advogados, tem médicos, enfermeiros, professoras e tantas pessoas que têm as suas carreiras e os seus sonhos de vida interrompidos, porque falta política pública.

Aqui, nesta Câmara, aprovamos a lei de bebedouros públicos, mas infelizmente a Prefeitura de Ricardo Nunes a vetou. Queremos bebedouros públicos, queremos banheiros públicos e políticas públicas para a população. (Palmas)

Agora, vou passar a fala, rapidamente, para a Defensoria Pública, representada pela Amanda Pilon. Muito obrigada pela presença.

A SRA. AMANDA PILON BARSOUMIAN – Eu quero agradecer o convite e cumprimentar a Mesa, na pessoa da Vereadora Luna Zarattini, e cumprimentar também todos os presentes, os representantes da sociedade civil e os usuários dos serviços públicos. Vou cumprimentar todos os presentes na pessoa da Roseli, que eu conheci recentemente e que tanto auxilia a Defensoria em tudo o que a gente faz.

Quero, inicialmente, parabenizar todos os representantes de movimentos sociais e as pessoas que se disponibilizaram a trazer a realidade do que está acontecendo na rua, e que não pode ser negada. Vivemos um momento crítico, o Brasil ultrapassou em 2026 a marca de 388 mil pessoas vivendo nas ruas, sendo que o estado de São Paulo concentra mais de 40% dessa população e a cidade de São Paulo, sozinha, possui mais de 108 mil pessoas. Ou seja, um quarto da população de rua do Brasil, segundo os últimos dados. E apesar disso, em vez de respostas integradas, ampliadas, temos assistido, lamentavelmente, ao fechamento de equipamentos essenciais à população em situação de rua, redução de vagas e precarização dos serviços de acolhimento.

A Defensoria Pública, por meio do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos tem acompanhado essa situação desde 2025 e, no final de 2025, diante de uma ameaça de

fechamento de mais de 2.600 vagas de um dia para o outro, em cerca de um mês, ajuizamos uma ação civil pública, especialmente, para resguardar os direitos das pessoas acolhidas. No nosso entendimento, o fechamento desses equipamentos sem criação de alternativas equivalentes, sem respeito aos vínculos territoriais e sem participação social viola frontalmente o princípio constitucional da vedação de retrocesso social.

O Supremo Tribunal Federal, como muitos já lembraram aqui, na ADPF 976, reconheceu o estado de coisas inconstitucional das condições da população em situação de rua e determinou que os entes federativos, então, promovam ações concretas para garantir a proteção à saúde, moradia e dignidade dessas pessoas.

Além da desestruturação da rede socioassistencial, o Núcleo vem acompanhando um pouco esse outro grave problema, que foi relatado aqui, que é a violência institucional e as abordagens ilegais da polícia. No final de 2025, a gente fez visitas *in loco*, escutas com a população e verificou que a maioria da população tem sofrido violência nas abordagens policiais, agressões verbais, físicas, uso ostensivo de armas, remoção forçada dos locais, e essas abordagens são feitas inclusive no interior de equipamentos da assistência social.

Essas abordagens são normalmente justificadas como de rotina ou para averiguação de antecedentes, o que não encontra respaldo na Constituição Federal e na nossa legislação. A Resolução 40, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, é taxativa ao prever que a situação de rua, por si só, não configura fundada suspeita para justificar a abordagem da população em situação de rua e busca pessoal. O mais grave ainda é que essas abordagens sempre recaem sobre homens pretos e pardos, sobre mulheres pretas e pardas, o que ressalta o nosso racismo estrutural.

Falando agora sobre o que conseguimos, nos últimos tempos, a partir dessa ação civil pública, a Justiça paulista determinou, em decisão liminar, que o município se abstenha de encerrar atividades, rescindir contratos ou reduzir vagas de qualquer equipamento da rede socioassistencial, mantendo a continuidade do atendimento. Entendemos que essa é uma vitória da sociedade civil e da luta da população em situação de rua, mas que precisa ser efetivamente

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 31

REUNIÃO: 21836 DATA: 09/06/2026 FL: 30 DE 45

cumprida e fiscalizada. Temos fiscalizado e encontrado dificuldades no cumprimento dessa decisão, pois os fechamentos de centros de acolhida continuam ocorrendo, mesmo em descumprimento à ordem judicial, incluindo o fechamento de núcleos de convivência, que são muito importantes para garantir não apenas o acolhimento, que já é assegurado pelos centros de acolhida, mas também o direito de acesso à água, a banheiros, à comida e ao atendimento técnico. Creio que todos aqui estejam cientes também dessa situação reivindicando o que a Defensoria Pública tem pleiteado por meio de ações judiciais.

Gostaria de encerrar minha fala ressaltando que é urgente que o Poder Público - em todas as suas esferas, mas principalmente na esfera municipal aqui representada, assumam o compromisso de fortalecer a rede socioassistencial, ampliar a oferta de serviços e garantir a participação social. Além disso, é preciso planejar a reestruturação dessa rede com participação social e com a permanência dos vínculos territoriais da população em situação de rua.

Agradeço mais uma vez. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) - Muito obrigada, Amanda Pilon, que falou pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Saúdo também o Will por todo o trabalho aqui apresentado.

Passo a palavra para Aridelson Silva, da Comissão de Direitos Humanos da OAB.

Antes disso, gostaria de registrar a presença e convidar para compor a Mesa a Vereadora Amanda Paschoal e o Vereador Nabil Bonduki. (Palmas)

O SR. ARIDELSON JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA - Bom dia a todos, a todas e todes. Meus cordiais e respeitosos cumprimentos à Mesa na pessoa da Vereadora Luna Zarattini, do deputado estadual Eduardo Suplicy e dos membros das Secretarias Municipais de Assistência Social e Desenvolvimento Social e de Habitação, meus cordiais cumprimentos. Cumprimento também a ilustre representante da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o Vereador Nabil e a Vereadora Amanda Paschoal. Gostaria ainda de cumprimentar, na pessoa do Frei Vagner Sassi, que representa o Sefras, a Léa que representa o Chá do Padre. Aproveito para cumprimentar os movimentos sociais: Movimento Nacional de Luta e Defesa da População em

Situação de Rua, na pessoa do Edvaldo; o Movimento Estadual, na pessoa do Alderon Costa; e a Rede Rua. Meus cordiais cumprimentos a todas as pessoas que travam essa luta diária em defesa da população em situação de rua. (Palmas)

Estou aqui representando a OAB por meio da Comissão de Direitos Humanos. A comissão possui um Núcleo de Direitos da População em Situação de Rua e, entre os projetos que adotamos, está o Balcão de Direitos. Estamos presentes todas as sextas-feiras no Chá do Padre, prestando orientação, acolhimento e escuta à população em situação de rua.

Uma primeira problemática que gostaríamos de levantar é: como a OAB não pode assumir e dar andamento às causas, nós as encaminhamos à Defensoria Pública. A Defensoria Pública da União já se faz presente no Chá do Padre todas as terças e quintas-feiras. Aproveito o ensejo para estender o convite também à Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

O Chá do Padre realiza atendimento diário de 300 a 500 pessoas em situação de rua. Reforço o convite para que a Defensoria do Estado também se faça presente no Chá do Padre. Inclusive, já dialoguei com o Dr. Mário sobre essa questão e renovo o convite neste momento.

Outra grande problemática enfrentada é a identidade da população em situação de rua, porque hoje representa grande dificuldade a obtenção da certidão de nascimento. A OAB fez uma parceria com a Arpen - Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais. Mas queremos facilidades para que essas pessoas tenham certidão de nascimento, porque sem ela não se tem a identidade, sem a identidade não há acesso à moradia, aos programas sociais, acesso a nada. Então, queremos facilidade para acesso aos programas de atendimento.

Manifestamos também nossa crítica à atuação da Prefeitura quanto ao fechamento de equipamentos públicos. Esse desmonte, a nosso ver, é aporofóbico e higienista, sabemos que não querem a população em situação de rua no Centro de São Paulo. Inclusive, considero oportuno informar à Mesa que, neste momento, diversas viaturas da Rota e da Polícia Militar encontram-se posicionadas nos arredores da Prefeitura. Isso denota uma política de segurança pautada na violência contra a população em situação de rua.

Agradeço este espaço de fala. Reitero que essa população clama por identidade e moradia, não quer políticas paliativas para algo que não é um câncer, não é a morte. A situação de rua não é o fim da vida, não precisa de políticas temporárias, paliativas, mas sim de políticas públicas sólidas e estruturais que promovam a efetiva saída dessa condição, por meio de habitação, dignidade e renda básica.

Agradeço a todos pela palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) - Muito obrigada, Aridelson, pela contribuição em nome da OAB.

Relembro a todos que estamos nas últimas intervenções deste bloco, porque, em seguida, realizaremos o ato em direção à Prefeitura

Gostaria de passar a palavra agora para a representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, a assessora técnica Mary Luciana da Cunha Silva.

A SRA. MARY LUCIANA DA CUNHA SILVA - Primeiramente, boa tarde a todos, todas e todes. Eu sou a Mary, assessora técnica da Frente Pop Rua da Proteção Social Especial da SMADS. Anotei as diversas demandas e informações que aqui surgiram. Responderemos de imediato o que pudermos responder, àquelas que não são possíveis neste momento, levaremos para o gabinete para a devida formulação e posterior devolutiva.

Mencionou-se bastante o Programa Reencontro. Acho importante esclarecer que, embora sejamos da Proteção Social Especial, o processo de supervisão e acompanhamento das Vilas Reencontro e do Auxílio Reencontro pertence ao NDS - Núcleo de Desenvolvimento Social, setor que, infelizmente, não conta com representantes nesta Mesa hoje. No entanto, cabe informar que o programa, de acordo com suas portarias, estrutura-se em três fases: a primeira seria as Vilas Reencontro; a segunda o Auxílio Reencontro; e a terceira seria a Locação Social, que não é pela SMADS. Tanto as Vilas Reencontro quanto o Auxílio Reencontro foram concebidos como portas de saída da rede socioassistencial. A Vila Reencontro é direcionada às famílias, e o Auxílio Reencontro abrange tanto famílias quanto indivíduos sozinhos,

estabelecendo um diferencial nesse recorte para o processo de encaminhamento.

Quanto ao prazo de permanência questionado, a portaria estipula o período de dois anos, o que, de fato, está na portaria, porque a ideia é que o programa funcione nessas três fases.

E aí eu acho importante dizer que no último ano, no último trimestre do último ano, nós tivemos uma média de 45,77% de saída qualificada das Vilas Reencontro. Então, independente de conseguir fazer esse encaminhamento para locação social ou até mesmo para habitação, a gente tem um número significativo dessas saídas qualificadas. Eu acho importante a gente registrar isso e entender que esse processo de porta de saída vem funcionando.

Eu entendo que, quando uma família entra numa Vila Reencontro, tem esse receio de “Olha, eu vou ter que passar dois anos”. Vão passar dois anos e “O que eu vou fazer a partir de agora?”. Mas todo o trabalho é feito um desenvolvimento técnico. Existe um acompanhamento técnico sendo realizado nesse processo, então todas as avaliações necessárias durante esse período são realizadas. Não é simplesmente dois anos e tchau. Não. Existe um trabalho sendo efetivado nesse espaço, cada pessoa é uma pessoa e toda a singularidade vai ser respeitada em todos esses espaços. Acho que isso é o primeiro passo.

Sobre a questão de falta de respeito, má alimentação, higiene dentro dos serviços socioassistenciais, inclusive quando eu cheguei tinha uma pessoa, não sei se ele está por aqui, com uma plaquinha levantada também falando de um dos serviços, fiz também a anotação. Mas eu quero que vocês saibam que estamos acompanhando a rede bem de perto, então a gente está fazendo algumas visitas e alguns serviços socioassistenciais.

Para além disso, quando o serviço é inaugurado, existe um gestor de parceria que faz esse acompanhamento pela rede. Tem a supervisora da assistência social do território que faz esse acompanhamento também. E tem a comissão de monitoramento e avaliação da rede.

E, entendendo a necessidade desse acompanhamento *in loco* e um pouco mais firme, um pouco mais presente, a SMADS incluiu também o GVT, que é o grupo especializado de visita técnica, em que a gente vem também visitando os serviços, fazendo esse

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 35

REUNIÃO: 21836 DATA: 09/06/2026 FL: 34 DE 45

acompanhamento e entendendo quais são as dificuldades que nós temos nesse processo, o que precisa ser melhorado e ampliado.

Uma das coisas que a gente vem fazendo como proteção especial também, é estar presente dentro dos comitês, dos conselhos, porque sabemos o quanto é importante estar nesses espaços, primeiramente para ouvir o que vocês têm a dizer sobre o trabalho que nós estamos efetuando e para construir políticas junto com vocês. Eu acho que a prioridade é vocês poderem colocar a mão na massa daquilo que é desenvolvido, para que vocês possam utilizar, então estamos sempre presentes nesses espaços.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) - Pessoal, vamos deixar a Mary terminar.

Vamos deixar a Mary terminar.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Pessoal... Pessoal... Pessoal... Pessoal...

Pessoal, nós estamos fazendo as reivindicações e seguiremos com as reivindicações em relação à SMADS. Vamos então deixá-la terminar de fazer a palavra para que a gente possa voltar.

Bom, Mary, você pode caminhar para o encerramento.

A SRA. MARY LUCIANA DA CUNHA SILVA - Gente, olha só, eu entendo a indignação de vocês. Muitas e muitas vezes, muitos de vocês já estiveram na porta da SMADS e eu sempre descí para falar com vocês. Eu acho que alguns de vocês me conhecem porque eu estava lá. Então, assim, deixa eu finalizar a fala, deixa eu apenas...

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – A Mary vai finalizar a fala.

- Manifestação do público.

(NÃO IDENTIFICADO) – Alô, alô, pessoal, pessoal, pessoal! Aí, pessoal! Vamos segurar, vamos ouvir o que ela tem de falar.

- Manifestação do público.

(NÃO IDENTIFICADO) – Não, eu entendo. Eu sei que é mentira, eu concordo com vocês. Mas para a gente ter um caminhar, vamos deixar falar, tá bom?

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) - E nós ainda temos que ouvir as outras secretarias, então a Mary vai terminar essa fala, para as outras secretarias...

A SRA. MARY LUCIANA DA CUNHA SILVA – Então retomando, em relação à informação, que inclusive está no manifesto, sobre as ações da zeladoria urbana, acho crucial falar que a gente tem um subcomitê de zeladoria em que a gente também faz a apresentação dos relatórios.

A Assistência Social recebe em alguns territórios, das subprefeituras, o cronograma de zeladoria para que possa chegar em todos os pontos e informar os usuários em relação às ações da zeladoria. E, mensalmente, todos os CEAS encaminham para nós um relatório de como foram as ações, o que os usuários trouxeram.

Nesse processo, os usuários também são orientados a, se houver qualquer tipo de violação de direito, procurar a Ouvidoria Geral do Município, procurar Ouvidoria de Direitos Humanos, procurar o MP, a Defensoria Pública, para além dessas informações que são apresentadas no relatório, que é fundamental que vocês possam estar em todos os espaços e ocupar todos os espaços nos processos da garantia de direitos.

Sobre a questão dos 2% dos contratos públicos, acho que talvez não é a maior parte da minha sala, mas a gente atualmente está no GT, que é um Grupo de Trabalho Oportunidades, em que a gente vem discutindo sobre isso, fazendo todo um planejamento em relação a esses 2% de contratos públicos fornecidos para a população em situação de rua.

Eu acho também importante dizer que, como SMADS, a gente vem dialogando com outras secretarias também. Então nós conversamos com SMDETE em relação não somente aos 2%, mas também para que a gente possa fazer um planejamento dessa atuação na rede, pensando qual é o maior público que nós temos, qual é a maior qualificação que nós temos na rede para conseguir fazer esses encaminhamentos devidamente, até mesmo com oferta de cursos, formações.

Em relação a outras reuniões, a gente também propôs uma reunião...

- Manifestação do público.

A SRA. MARY LUCIANA DA CUNHA SILVA – Gente, deixa eu só finalizar.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Finalizar, para a gente sugerir encaminhamentos. Vamos lá, Mary.

A SRA. MARY LUCIANA DA CUNHA SILVA – Nós também temos feito reuniões com outras secretarias com o intuito de mapear e entender um pouco a rede intersetorial que nós temos. E, para além disso, a gente propôs uma formação tanto para GCM como para SEMSUB, para a gente poder pensar nessa ação intersetorial e conseguir de fato apresentar qual é o trabalho da Assistência Social, que muitas vezes é descaracterizado, que muitas vezes as pessoas não entendem qual é o nosso papel. Então acho que é importante que as outras secretarias também tenham essa dimensão.

Além disso, apresentar quem é a população em situação de rua para que a gente possa fazer um trabalho em rede qualificado, porque muitas das vezes é olhado como se a SMADS fosse a responsável pela demanda social. E precisamos entender que vocês são de toda a rede. Então não é só da SEMADS e, sim, de todas as outras secretarias e de todas as outras políticas.

Se não dermos as mãos e andarmos em conjunto com o Poder Executivo, o Legislativo e o Judiciário, as coisas não funcionam. Porque a SMADS tem até um limite, então a gente precisa desse processo para que a gente possa de fato garantir a saída qualificada, garantir todo esse processo de encaminhamentos que são essenciais.

E também estamos passando por um processo de requalificação da rede socioassistencial, em que a gente está também preparando formações para todas as equipes, que começam a partir do próximo mês, para que esse trabalho seja efetivado, feito de forma mais humanizada, para que a gente possa estar mais presente nos territórios.

Deixa eu ver se temos mais alguma questão.

Acho que a gente vem falando muito com a rede também sobre a questão da violência, e a gente vem planejando o desenvolvimento de algumas reuniões, de algumas formações para falarmos exclusivamente sobre a violência, principalmente dentro dos espaços

socioassistenciais, para que a gente consiga seguir e fazer um trabalho qualificado, com um olhar digno a toda a população e um processo de garantia de direitos.

Eu acho importante também falar sobre algumas ações que nós fizemos nos últimos meses. Foi falado da Lei Maria da Penha, foram citados alguns outros pontos...

Em relação ao trabalho, nós estamos acompanhando e fazendo algumas ações em diversos polos. Então, por exemplo, durante o Carnaval e no dia 18 de maio, fizemos ações voltadas ao enfrentamento do trabalho infantil e da exploração sexual de crianças e adolescentes. Inclusive os SEAS estavam muito presentes nesse processo do cuidado. Participamos também dentro dos bloquinhos de Carnaval, dentro de outros espaços, fazendo processo de conscientização e identificação das vulnerabilidades.

Recentemente, nós tivemos um seminário que falava sobre violência contra a mulher. Foi um seminário para a rede e também para os usuários, onde foi possível falar um pouquinho da violência, desse processo da identificação das violências que são apresentadas na rede, pensando nesse cuidado.

Também fizemos um seminário sobre masculinidade, que é muito importante. Eu acho que não adianta falar sobre violência contra a mulher se não falarmos sobre masculinidade, principalmente no contexto porque precisamos entender que existem várias questões que precisam ser trabalhadas.

Fizemos dois encontros de orientadores na rede. No final do ano passado, nós tivemos o contrato da Pop Rua, que conseguiu fazer 500 encaminhamentos para empregos com parceria da SMDet e qualificação da rede nesse processo. E temos o Qualifica Já, que também é um trabalho que vem sendo desenvolvido junto com a SMDet, com uma formação de 20 a 30 dias e encaminhamentos de emprego após esse processo da formação.

Então, acho que é isso. Não sei se eu consegui contemplar todas as falas.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Mary.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Agora, eu quero fazer quatro

encaminhamentos a partir dessa fala.

Mary, você, enquanto representante da SMADS, percebeu que existe muita insatisfação em relação aos serviços. Nossos gabinetes vão enviar, por ofício, diversos desses encaminhamentos e queremos que a SMADS se debruce nisso.

Primeiro encaminhamento: não aceitaremos o fechamento dos serviços. Nós precisamos entrar na Justiça contra o fechamento dos serviços.

Segundo encaminhamento: não deveria ter nenhuma abordagem policial sem assistente social presente.

Terceiro encaminhamento: se existe um grupo de trabalho que discute a questão das oportunidades, do emprego, nós queremos a presença de algum representante do GT Pop Rua do Fórum da Cidade para estar dialogando.

E quarto encaminhamento: a Comissão de Direitos Humanos segue fazendo as visitas a todos os equipamentos em relação à população em situação de rua.

Nós enviaremos o relatório e queremos respostas da SMADS.

Vamos passar para a Secretaria de Habitação aqui presente, para a Sra. Luciana Almeida Dantas fazer uso da palavra sobre o tema “moradia”.

A SRA. LUCIANA ALMEIDA DANTAS – Bom, boa tarde a todas as pessoas presentes.

Eu me chamo Luciana Dantas, sou assistente social e trabalho na Secretaria Municipal de Habitação. Eu componho a equipe técnica da Coordenadoria do Trabalho Social da SEHAB.

Saúdo a Mesa, em nome da Vereadora Luna, todas as pessoas presentes, sociedade civil, representantes de movimentos de moradia.

Sempre que nós da SEHAB participamos dos comitês, dos conselhos é sempre uma pauta que rende bastante assunto e certamente nós não teremos tempo aqui para nos aprofundar nos assuntos que são necessários.

Mas eu vou falar de alguns pontos que foram levantados durante as conversas, especificamente sobre o Programa de Locação Social.

Atualmente, o programa que é mais possível de atender a população em situação de rua no município de São Paulo é o Programa de Locação Social. Ele não se resume apenas ao empreendimento Asdrúbal do Nascimento. Hoje, nós temos 7 empreendimentos que fazem parte do Programa de Locação Social. Entretanto, o Asdrúbal do Nascimento foi o projeto-piloto do programa destinado especificamente à população em situação de rua. Como vocês bem pontuaram e como bem pontuou o morador do Asdrúbal do Nascimento que esteve aqui, de fato deu certo.

Como vocês sabem, o Asdrúbal do Nascimento possui apenas 34 unidades habitacionais e, de fato, é insuficiente para atender a demanda da cidade. O que tem disponível dentro do Programa de Locação Social destinado especificamente à Pop Rua é insuficiente para atender à demanda.

Vocês devem se perguntar por que demora tanto o chamamento para o Asdrúbal do Nascimento. É o seguinte: lá em 2018, 2019, quando foi elaborada a Portaria Conjunta entre SMADS, Direitos Humanos e SEHAB, em que foram definidos quais os critérios e tudo mais, foram indicadas 34 pessoas e também foram indicadas outras 34 pessoas para formar uma lista de suplência. Então, o que acontece? Sempre que uma unidade fica vazia, nós chamamos a próxima pessoa da listagem de suplência. Atualmente, essa lista de suplência ainda está ativa. Então, à medida em que as unidades vão esvaziando, nós chamamos a próxima pessoa da lista de suplência.

Outra coisa que eu gostaria de pontuar é o seguinte: na carta de reivindicação que vocês fizeram – e pontuaram muito bem as questões – há uma diferença. Nós não podemos dizer que o atendimento pelo Programa de Locação Social, tanto no Asdrúbal do Nascimento, como em qualquer outro programa, é um atendimento definitivo, tá? Isso é muito importante. É um atendimento permanente. Por quê? Porque, enquanto as pessoas atendem aos critérios do programa, elas permanecem morando na unidade habitacional. Por isso que demora tanto esse

chamamento. A cada 4 anos é feita uma análise pela equipe técnica social da SEHAB para analisar se a pessoa ainda atende aos critérios. Se ela continuar atendendo aos critérios, ela permanece morando. Se acontece alguma coisa, de repente se a pessoa desiste da moradia, enfim, aí nós chamamos a próxima pessoa da listagem de suplência.

Agora, referente ao ponto que está na carta de manifestação sobre a Portaria Conjunta do Ministério das Cidades, do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania e do Ministério do Desenvolvimento Social, que é a Portaria n.º 4, que diz que os municípios são obrigados a reservar 4% dos empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida... Perdão, 3%. A Portaria que é 4... Para a população em situação de rua. É importante que vocês saibam uma coisa: atualmente, o município de São Paulo não tem convênio com os programas de Minha Casa, Minha Vida.

- Manifestação do público.

A SRA. LUCIANA ALMEIDA DANTAS – Então, é importante que vocês saibam justamente para reivindicar as coisas que devem ser reivindicadas.

Deixa eu ver o que mais... Eu acho que seria isso referente aos programas habitacionais.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Sra. Luciana Almeida Dantas, da SEHAB.

Nós seguiremos na luta por moradia para a população em situação de rua e para que os imóveis ociosos sejam transformados em espaços para essa população. E, também, queremos que nos programas da Prefeitura, como o Pode Entrar, tenha participação da população em situação de rua. Para nós, é fundamental. Seguiremos nessa luta.

Como sugestão de encaminhamento da audiência pública, de realizarmos um grupo de trabalho ou uma reunião conjunta com a SEHAB, Secretaria de Habitação, com a SMDet, Secretaria do Trabalho e com a Secretaria da Assistência Social. Nós exigimos respostas conjuntas, intersetoriais, intersecretariais para a população em situação de rua.

Passo a palavra ao Sr. Caio Silveira, da SMDet. Muito obrigada, pela presença.

O SR. CAIO SILVEIRA - Bom dia pessoal, tudo bem? Eu sou o Caio, estou representando a SMDet, e vocês conhecem um POT. Acredito que todos conhecem o POT. Eu ouvi bastante coisas. Vou levar tudo a Secretaria e comprometo-me, nas próximas reuniões, trazer para vocês as devolutivas. Há coisas que eu não consigo trazer devolutiva, digo a vocês que teve gente que pediu mais tempo de POT. Três anos é pouco. O POT é uma Lei Municipal e quem pode alterar isso são os Vereadores. Não é a Secretaria, mas tem coisas que podemos, sim, fazer.

A Júlia Lima, cita que a pessoa ela aluga uma casinha com dinheiro do POT, então ela perde o direito de estar no POT, porque ela não é população de rua. Isso é um absurdo. Isso eu me comprometo a levar para a Secretaria e trazer na próxima reunião. Pode me chamar para a próxima reunião que eu me comprometo a trazer essa resposta e me coloquem, também, nesse grupo de trabalho que vamos trabalhar juntos, sem o menor problema.

O que eu quero falar, também, é importante deixar registrado. Vou falar de um período de 5 anos, que é o tempo que eu estou na Secretaria. O POT evoluiu, ele não é perfeito. Eu sei que não, mas ele evoluiu bastante. Há 5 anos eram 1200 beneficiários, hoje, 15 mil vagas e 11 mil ativos. Antes tinham três Centros POTs, hoje são 12 Centros POTs. A qualificação profissional era EAD para a população em situação de rua e vulnerabilidade. Hoje, tem os Centros POTs com as capacitações presenciais. Isso é muito por toda a cobrança que a Secretária e a Prefeitura recebem. Então vocês são muito importantes para a evolução do POT. É muito importante. Tudo que ouvimos aqui, vamos levar e considerar. E essa evolução aconteceu por causa de vocês. Boa vontade da gestão e servidores públicos bem-intencionados.

Eu vejo a amiga Lucas, que trabalhou na Secretaria de Direitos Humanos responsável, hoje, pelo POT para a população em situação de rua. Ela quem desenhou, e combinou os movimentos, quais seriam. Ouvi-los é essencial para que a política pública seja bem-feita.

Eu representando a SMDet estou à disposição de vocês e da Sra. Presidente, para

REUNIÃO: 21836 DATA: 09/06/2026 FL: 42 DE 45

esse grupo de trabalho que a senhora sugeriu e qualquer coisa, estou aqui para conversar com vocês depois. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) - Muito obrigada, Caio.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Pessoal, o Caio fez uma colocação importante de ouvir as nossas reivindicações em relação ao POT. Isso é muito importante. Esta audiência pública pode pressionar o Poder Público para termos essas soluções.

Antes de passar para o nosso querido e glorioso Suplicy, abro espaço a nossa Vereadora Amanda Paschoal, para uma intervenção rápida, pois ainda temos uma caminhada até a Prefeitura de São Paulo.

Vereadora Amanda Paschoal com a palavra.

A SRA. AMANDA PASCHOAL – Obrigada, Luna. Serei breve. Primeiro saudar a presença de cada um de vocês. Agradecer, a presença dos representantes das Secretarias. É importante fortalecer o diálogo. Eu sei que é difícil ouvir as reivindicações do povo, mas é necessário que exista essa ponte. É muito importante, essa iniciativa Vereadora. Sabemos que sim, claro, o POT para ser ampliado para três anos, para que nós consigamos parar com a diminuição das vagas, com o atraso nas Bolsas. Nós precisamos atuar nesta Casa.

Agora, quem manda também nessa Casa é a Base do Governo e nós precisamos, principalmente, agora que nós vamos votar a LDO, ter mais suporte e um diálogo concreto com a Prefeitura para que a POP Rua seja aprovado e apoiado pela LDO e pelas Secretarias, para mais moradia e para não fecharmos mais os equipamentos que têm sido fechados e perseguidos, para garantir dignidade para cada um de vocês, o retorno e o fomento do Auxílio Reencontro. E nós seguiremos nesta Comissão, na audiência, nesta Casa, lutando, propondo emendas, como Oposição sim, mas que podem ser incorporadas pela Base do Governo, para melhorar a dignidade das pessoas que mais precisam, da Prefeitura e dessa Casa.

Muito obrigada. Vamos juntos.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) - Uma novidade para vocês: acabamos de protocolar uma Ação Civil Pública para transformar os imóveis ociosos a população em situação de rua.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) - Queremos saber por que os 133 imóveis ociosos, até agora não foram entregues para a população em situação de rua? A nossa luta vale a pena.

Vou passar a palavra a uma pessoa que nunca abandonou a população em situação de rua, seja enquanto Vereador, enquanto Deputado, enquanto Senador. Suplicy é uma representação política necessária para a população em situação de rua. População em situação de maior vulnerabilidade. É um exemplo na política e eu sou muito feliz e muito grata de ter o Suplicy como referência.

Com a palavra o nosso Deputado Estadual Eduardo Matarazzo Suplicy.

- Manifestação do público.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY - Querida Luna, quero cumprimentar, rapidamente: Amanda Pilon, Anderson Silva, Maria Luciana Cunha, Luciana Almeida, Caio Silveira. Todos que aqui falaram: Vereador Nabil Bonduki, Vereadora Amanda Paschoal, Vereadora Luana Alves, Vereador Lucas Pavanato, Vereador Marcelo Messias, Vereador Silvinho, Aridelson Silva, todos que se pronunciaram.

Era 2019, certo dia, no CISARTE, eu fiz uma exposição para os moradores em situação de rua. Eis que o Presidente Darcy Costa, o Sr. Robson e o Sr. Edivaldo, disseram para mim: Nós queremos que logo venha a Renda Básica Universal. Então expliquei para vocês e encaminhei ao Presidente Lula a sugestão de que ele formasse um grupo de trabalho para estudar os passos previstos na Lei 10835, de 2004, sancionada há 22 anos e aprovada por todos os partidos, que diz que será instituída no Brasil o direito de toda e qualquer pessoa, não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil, mesmo social econômica, de participarmos todos da riqueza comum de nossa Nação, através de uma renda que, na medida do possível, com o

progresso do país, será suficiente para atender às necessidades vitais de cada um. A ninguém será negado.

Portanto, isso já é Lei. Todos nós deveríamos ter esse direito. Sugeri que, junto ao Conselhão - Conselho Nacional de Desenvolvimento Económico Social e Sustentável seja formado um grupo de trabalho para estudar como será essa transição do programa Bolsa Família, que hoje tem tantos aspectos positivos e colaborou para diminuir a pobreza absoluta e a fome no Brasil. Mas ainda falta muito. Como vocês estão observando, hoje há mais de 108 mil pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo. Então, isso é perfeitamente possível.

E quero lhes dizer: eu entreguei uma carta há poucos dias para a Secretária de Política Econômica do Ministério da Fazenda, a Sra. Débora Freire. Amanhã haverá uma reunião no Conselhão e esta carta já está com a Sra. Débora Freire para que amanhã mesmo eles estejam estudando como vai ser feita a transição das atuais formas de transferência de renda, seja o Bolsa Família, seja o Benefício de Prestação Continuada, seja o Seguro-Desemprego. Porque isso tudo poderá ser unificado na renda básica universal e incondicional. (Palmas)

O Brasil é o primeiro país do mundo que aprovou lei nessa direção. Isso é perfeitamente possível e está ao alcance do Presidente Lula. Não digo que isso será no próximo agosto, mas no próximo mandato é perfeitamente possível que o Brasil se torne o primeiro país do mundo a instituir uma renda básica.

Sabe o que vai acontecer? Vou só lhes falar: fui visitar, em 2019, no Quênia, a experiência positiva de renda básica para as vilas rurais pobres. Sabe o que aconteceu? Houve uma diminuição de 66% na violência sexual contra as mulheres e de 51% na violência doméstica contra as mulheres. Precisamos levar adiante experiências como essa no Brasil.

Toda a força para você, Presidente Lula, e para Fernando Haddad ser o nosso Governador para instalarmos, para valer, a renda básica universal no Brasil.

Um abraço a todos. Parabéns e felicidades a vocês. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Suplicy! Suplicy! Suplicy! Suplicy! Renda básica de cidadania já! Renda básica de cidadania já! Renda básica de cidadania já!

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 46

REUNIÃO: 21836 DATA: 09/06/2026 FL: 45 DE 45

Queria agradecer ao Chá do Padre, à Rede Rua e a todos os movimentos: Movimento Nacional de População em Situação de Rua e Movimento em Defesa da População em Situação de Rua.

Quero agradecer a presença dos representantes, bem como do Suplicy, da Vereadora Amanda Paschoal, do Vereador Nabil Bonduki e da Vereadora Luana Alves.

Quero dizer que nosso encaminhamento vai ser a proposta de uma reunião conjunta da Secretaria de Habitação, da Secretaria de Emprego (SMDet) e da SMADS para levarmos essas reivindicações.

Parabéns por esta audiência. Agora, vamos caminhar até a Prefeitura de São Paulo, onde vamos almoçar e protocolar o nosso manifesto.